



# I SEMINÁRIO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Desafios da Pós-Graduação em Educação  
na articulação com a sociedade amazônica

## RESUMO EXPANDIDO

### A CRIAÇÃO DA CÂMARA DE PLURIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM: DESDOBRAMENTOS DE LUTAS E PERSPECTIVAS DE FUTURO

Adriane Cardoso Serrão  
Conselho Municipal de Educação  
Belém/PA - E-mail: < adrianeserrao26@gmail.com >

Ismaelen F. M. de Fróes  
Conselho Municipal de Educação  
Belém/PA - E-mail: < ismaelenfroes@gmail.com >

Thainá L. A. Menezes  
Universidade Federal do Pará  
Belém/PA - E-mail: < menezestla.ed@gmail.com >

**GT1** - Estado, Políticas Públicas, Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico

#### Introdução

Em 2022 o Conselho Municipal de Educação (CME) criou a Câmara de Pluriversidade, Inclusão e Direitos Humanos (CPIDH) com o intuito de promover uma educação que reconheça os direitos das pessoas por meio da discussão e proposição de políticas inclusivas a partir das identidades particulares, específicas e plurais, objetivadas em coletividades ou movimentos sociais. A CPIDH adotou como uma de suas premissas o conceito da pluriversalidade que, para Mogobe Ramose (2011), se fundamenta no reconhecimento dos sujeitos pluriversos em suas formas de pensar e se auto afirmar nos territórios de direitos:

Não é uma mera questão de cortesia. Ele é a realização filosófica da pluriversalidade do ser. Deste modo, o diálogo pertence ao mais íntimo significado da palavra filosofia. Ele é a obrigação moral e científica de reconhecer a existência de filosofias que não sejam a nossa própria. Ele é o convite para estudar outras filosofias. Esta é a quarta implicação derivada da filosofia da exclusão. (Ramos, 2011. p.13)

Proativamente, conselheiras e conselheiros do CME, em uma atitude de vanguarda, avaliaram o contexto educacional, social e político em que estão inseridas as comunidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Belém, considerando os novos marcos legais e as reivindicações e implementações de políticas públicas





# I SEMINÁRIO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Desafios da Pós-Graduação em Educação na articulação com a sociedade amazônica

voltadas para as questões de luta por garantias de direitos de grupos invisibilizados ou que historicamente lhes são negados. São matérias de caráter educacional e da gestão escolar que devem ser tratadas emergencialmente no âmbito do CME.

Não é um fato óbvio para os seres humanos se verem como portadores de direitos, pois a existência da divisão em classes permite supor que alguns possuem direitos e outros, não. Por isso, a declaração de direitos afirma sua origem social e política e se apresenta como objeto que pede o reconhecimento de todos, exigindo seu consentimento social e político (Chauí, 2022).

## Desenvolvimento

Em 19 de outubro de 2022 se concretizou a criação da CPIDH para o fortalecimento do valor das diferenças e da diversidade com seus conteúdos étnico-racial, geracional, de pessoas com deficiência, de gênero, de orientação sexual, religiosa, transterritoriais, comunidades periféricas, quilombolas, imigrantes e refugiados.

Entre suas competências, está a garantia da difusão das normas e diretrizes que orientem uma prática educacional e pedagógica que efetive o direito universal de acesso à escolarização e assegure, como parte integrante desse direito, o respeito e a valorização da pluriversidade, assim como promover estudos e pesquisas sobre políticas e diretrizes que orientem a efetivação de adaptações curriculares no contexto educacional, propondo mudança de valores, atitudes e práticas educacionais para atender aos estudantes sem nenhum tipo de discriminação, assegurando educação de qualidade para todos.

É nessa perspectiva que, desde a sua criação, a CPIDH tem atuado. Propondo a construção de políticas educacionais inclusivas e sensíveis às demandas da sociedade e aprovando resoluções que estão em consonância com as lutas por direitos de grupos sociais historicamente marginalizados, algumas delas listadas no quadro a seguir:

### Quadro 1 – Resoluções da CPIDH aprovadas pelo CME de Belém

| RESOLUÇÃO            | EMENTA  |
|----------------------|---|
| Resolução Nº 45/2023 | Fixa diretrizes e normas educacionais e pedagógicas para o atendimento de |





# I SEMINÁRIO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Desafios da Pós-Graduação em Educação na articulação com a sociedade amazônica

|                      |   |
|----------------------|---|
|                      | estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo, Altas Habilidades e Superdotação no Sistema Municipal de Educação de Belém.  |
| Resolução Nº 22/2024 | Estabelece, junto às instituições de educação básica do Sistema Municipal de Belém, diretrizes para a implementação de uma educação para as relações étnico-raciais a partir da perspectiva antirracista. |
| Resolução Nº 31/2024 | Estabelece, junto às instituições de educação básica do Sistema Municipal de Belém, diretrizes para o atendimento de estudantes indígenas, migrantes, refugiados, apátridas e/ou solicitantes de refúgio. |

Fonte: CME, 2024.

## Considerações finais

A CPIDH, como parte integrante do Conselho Municipal de Educação de Belém, ciente de seu papel, concebendo a inclusão e a defesa dos direitos humanos como um processo contínuo e permanente, tem buscado manter o compromisso de desenvolver resoluções e iniciativas que promovam a inclusão e a equidade, colocando-se à disposição das escolas municipais e privadas da Rede Municipal de Ensino de Belém como estrutura de apoio, espaço de escuta e aprendizado coletivo, encorajando a participação ativa de toda a comunidade escolar para que se possa construir uma sociedade que respeite e valorize a dignidade humana.

**Palavras-chave:** Pluriversidade. Direitos Humanos. Políticas Educacionais.

## Referências

CHAUÍ, M. **Direitos Humanos e Educação**. Bauru, v. 10, n. 2, p. 13-26, jul./dez., 2022. (19).

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana**. Ensaios filosóficos, v. 4, p. 6-23, 2011.

